



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

INFORMATIVO SINDICAL

www.cnti.org.br

MATÉRIAS VEICULADAS NA INTERNET



Brasília-DF, 09 de dezembro de 2025



A democracia brasileira de ponta-cabeça

Desde Eduardo Cunha, o Brasil vive inversão estrutural do presidencialismo de coalizão: o Parlamento se tornou mais poderoso que o presidente. E a derrubada dos vetos do marco ambiental expõe, de forma quase surreal, essa distorção institucional.



Foto: Agência Brasil

O chamado presidencialismo de coalizão brasileiro é um modelo de sistema político que perdeu o equilíbrio. De 2015 até então, esse desequilíbrio vem se repetindo à exaustão, na relação entre o Executivo e o Legislativo.

O jornalista e analista político Neuriberg Dias, diretor de Documentação do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), e Alexandre Ferraz, cientista político e técnico do Dieese, sintetizaram o fenômeno com precisão: o Brasil deixou de operar o presidencialismo de coalizão¹ e migrou para presidencialismo de imposição parlamentar. Leia em “Quem governa o Brasil?”²

Nesse novo modelo, operado desde 2015, o Congresso define a pauta, o ritmo, a direção e, muitas vezes, os limites da ação presidencial. O presidente governa; o Parlamento rege. Essa mutação institucional não ocorreu de um dia para o outro.

O marco simbólico e político tem nome e sobrenome: Eduardo Cunha (RJ), ex-presidente da Câmara.

A partir da presidência da Casa, exercida por Cunha (2015-2016), inaugurou-se essa nova lógica em que o Legislativo passou a exercer poder não apenas de contrapeso³ — como deveria ser — mas de tutela.

O Parlamento assumiu prerrogativas que vão além da fiscalização e passou a ocupar o centro da arena decisória, muitas vezes constrangendo ou anulando a atuação do Executivo eleito.

Lançamento
do aplicativo
trabalho
sem assédio

10.12
10h

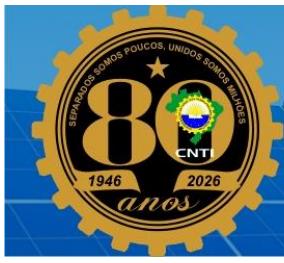
Local: Faculdade de Educação da Unicamp, Av. Bertrand Russell, 801 Cidade Universitária, Salão Nobre

Transmissão ao vivo nos canais do YouTube:
/TVMP /FaculdadeDeEducacaodaUnicamp

Realização:
MPT UNICAMP

Apoio:
UFSC OIT Organização Internacional do Trabalho

Informações Gerais:
Data: 10/12/2025 - **Horário:** 10h às 12h
• **Local:** Salão Nobre
⇒ **Link de Transmissão:**
<https://www.youtube.com/watch?v=LNRGSIGBpjis>



Brasília-DF, 09 de dezembro de 2025

3 presidentes, o mesmo cercamento

Dilma Rousseff (PT), Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL) enfrentaram — cada um à sua maneira — essa nova configuração ou reconfiguração de forças entre o Executivo e o Legislativo.

Dilma sofreu o desgaste máximo: impeachment acelerado por um presidente da Câmara disposto a operar a institucionalidade como arma política.

Temer precisou governar sob a lógica da sobrevivência, entupindo o Parlamento de concessões.

Bolsonaro, que inicialmente acreditou ser capaz de domar o Congresso pelo confronto e/ou dando-lhe de ombros, acabou entregando ao Centrão o que o grupo parlamentar jamais sonhara possuir: poder quase absoluto sobre o Orçamento Público.

O resultado dessa reconfiguração? Um Legislativo hipertrofiado, cuja força não se fundamenta em legitimidade eleitoral ampliada, mas em controle de recursos públicos, verticalização de emendas e poder de voto permanente sobre qualquer agenda governamental.

Surrealismo da nova governabilidade

A derrubada dos vetos do marco legal do meio ambiente⁴ — vetos essenciais, que protegiam normas de sustentabilidade, fiscalização e prevenção — é exemplo cristalino dessa inversão de lógica.

Não se tratou de mérito técnico nem de debate científico. A decisão foi movida por razões políticas, ideológicas e até identitárias da bancada ruralista, que hoje dita as regras com desenvoltura que ultrapassa qualquer equilíbrio de poderes imaginável no desenho republicano.

Foi surreal: o Parlamento atropelou consensos internacionais, evidências ambientais, alertas de especialistas e compromissos assumidos pelo próprio Brasil em tratados globais.

Vetos presidenciais, que deveriam funcionar como instrumento de ponderação, tornaram-se apenas peças descartáveis no xadrez de grupos organizados dentro do Congresso.

Quando o parlamento governa, quem governa?

Essa inversão traz riscos profundos:

- Desfigura o mandato presidencial;
- Fragmenta a responsabilidade política. Ninguém responde pelo todo;
- Desalinha o Estado de políticas públicas de longo prazo;
- Transforma o Orçamento em território privatizado por grupos parlamentares; e

- Torna a agenda nacional refém de interesses setoriais, e não do voto popular.

Como escreveram Dias e Ferraz, grosso modo: o sistema mudou, mas não houve debate público sobre essa mudança.

A população vota em um presidente, mas quem governa, na prática, é um conglomerado de interesses que se articulam dentro do Parlamento — nem sempre transparentes, nem sempre republicanos, quase nunca coordenados entre si.

Reconstruir o presidencialismo é inadiável

O País precisa repensar seu sistema político-institucional. O problema não é o Legislativo ser forte; isso é desejável. O problema é ser disfuncionalmente forte. É atuar sem responsabilidade global, sem coordenação federativa e sem compromisso com políticas de Estado.

É preciso restaurar o equilíbrio. Recuperar a autoridade presidencial sem esvaziar o Parlamento. E reconstruir um sistema que ofereça governabilidade sem humilhar o Executivo, nem transformar o Legislativo em consórcio de interesses.

Enquanto isso não ocorrer, veremos repetirem-se episódios como o do marco ambiental: decisões tomadas à revelia da ciência, do planeta e da própria lógica de governo.

Decisões em que o Parlamento não apenas legisla, mas governa, corta, desmonta, derruba — e, sobretudo, manda —, sem a responsabilidade de ter que assumir compromissos de Estado com o futuro.

Marcos Verlaine é jornalista, analista político, assessor parlamentar do Diap e redator do HP

¹ *Modelo de sistema político, predominante no Brasil desde a redemocratização e a Constituição de 1988, que combina as características do presidencialismo com a necessidade de formação de alianças multipartidárias (coalizões) no Poder Legislativo para construir maioria parlamentar para garantir a governabilidade.*

² *Alexandre Ferraz e Neuriberg Dias: Quem governa o Brasil?* Acesso em 27.11.25

³ *O sistema de pesos e contrapesos, também conhecido como checks and balances — controles e equilíbrios —, é mecanismo constitucional que divide o poder entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para evitar a concentração de autoridade. Funciona permitindo que cada Poder monitore, limite e controle as ações dos outros, assegurando harmonia, independência e equilíbrio entre esses.*

⁴ *Congresso derruba vetos de Lula ao licenciamento ambiental* Acesso em 28.11.25

Fonte: Rádio Peão Brasil



Brasília-DF, 09 de dezembro de 2025

Governo prepara relatório próprio sobre fim da escala 6x1

Texto do governo propõe jornada 5x2 com limite de 40 horas semanais



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Guilherme Boulos (Secretaria-Geral), em Brasília - 29/10/2025 (Foto: REUTERS/Mateus Bonomi)

O governo federal decidiu assumir o protagonismo no debate sobre a nova organização do tempo de trabalho e elabora um relatório alternativo para substituir a escala 6x1. Segundo revelou O Globo, a proposta articulada pelo Palácio do Planalto institui uma jornada 5x2, com limite de 40 horas semanais, em resposta direta à recepção negativa do parecer inicialmente apresentado na Câmara dos Deputados.

O ministro da Secretaria-Geral, Guilherme Boulos, foi designado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para apresentar pessoalmente o novo texto aos parlamentares. A iniciativa busca alinhar a política trabalhista à agenda que o governo pretende destacar em 2026.

A proposta elaborada pelo Planalto elimina de forma categórica a escala 6x1. O modelo prevê jornada diária de oito horas e uma fase de transição: 42 horas semanais a partir de 2027 e o limite definitivo de 40 horas em 2028.

O documento também veta qualquer possibilidade de redução salarial, impede acordos individuais que flexibilizem direitos, amplia o descanso semanal para dois dias consecutivos — garantindo ao menos um domingo livre a cada três semanas — e prevê ajustes nas regras dos comerciários para adequar a categoria ao novo padrão.

A reação do governo ocorre após críticas ao relatório do deputado Gastão, que não extingue o 6x1 e propõe apenas uma redução gradual da carga semanal: 42 horas no primeiro ano, 41 no segundo e 40 no terceiro. O texto do relator sugere ainda desoneração da folha para setores com alto volume de mão de obra, como forma de mitigar eventuais impactos econômicos.

Fonte: Brasil247

Sete anos depois, Brumadinho ainda vive adoecimento e insegurança

Estudo da UFMG aponta danos ambientais e perdas econômicas duradouras



© Antonio Cruz/ Agência Brasil

Daqui a pouco menos de dois meses, o rompimento da barragem de rejeitos Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, Minas Gerais, vai completar sete anos. Na tragédia 272 pessoas morreram, outras ficaram desaparecidas e rios e comunidades sofreram impactos causados por um desastre socioambiental sem precedentes. A Vale era a responsável pela barragem.

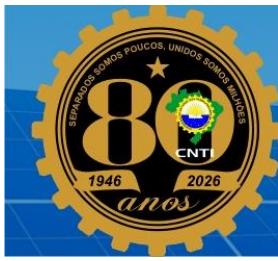
Um estudo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), feito por pesquisadores do Projeto Brumadinho, indica que 70% dos domicílios do município relataram algum tipo de adoecimento físico ou mental, o que indica que os impactos sobre a saúde continuam estruturais e persistentes até hoje.

Sintomas como estresse, insônia, ansiedade, hipertensão e episódios depressivos continuam recorrentes, enquanto 52% dos adultos passaram por tratamento psicológico ou psiquiátrico desde a tragédia.

O cenário também envolve piora de doenças crônicas e aumento da demanda por acompanhamento especializado. Ao mesmo tempo, 76% dos domicílios enfrentam dificuldades para acessar consultas, exames e tratamentos, em meio a uma rede pública pressionada pelo volume de atendimentos e pelas mudanças na mobilidade local.

Matéria completa: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2025-12/sete-anos-depois-brumadinho-ainda-vive-adoecimento-e-inseguranca>

Fonte: Agência Brasil



Brasília-DF, 09 de dezembro de 2025

Dieese celebra 70 anos em dezembro



Uma das mais sólidas criações do movimento sindical brasileiro é o Dieese. No dia 22, a entidade completará 70 anos, com uma série de atividades em São Paulo.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos, ao longo das sete décadas, o Dieese ampliou seu raio de ação, mas não alterou sua natureza. Ou seja, dar formação e suporte às categorias, por meio de seus Sindicatos.

Seminário – A fim de marcar seus 70 anos, o Dieese promoverá dois dias de atividades em São Paulo, dias 11 e 12 (quinta e sexta). O evento de maior peso será o Seminário Internacional centrado na questão da distribuição de renda e redução das desigualdades, informa Victor Pagani, Diretor de Relações Sindiciais.

Após o Seminário, no Sesc Bom Retiro, SP, haverá ato solene para o qual estão convidadas autoridades do Executivo, parlamentares, técnicos do Dieese, ex-presidentes, entre outros.

No tocante a homenagens, dois espaços receberão o nome de diretores-técnicos que fizeram história na entidade. José Albertino Rodrigues, primeiro diretor-técnico, dará nome ao estúdio, e Walter Barelli passará a nominar o auditório. Para Victor, "trata-se de contar a história e valorizar nossa memória". Ex-dirigentes e atuais membros da diretoria do Dieese também foram convidados. Haverá outras homenagens.

A diretora-técnica atual, Adriana Marcolino, está fazendo os contatos institucionais e com áreas governistas para o ato solene. Ela também integra o Conselho da República (Conselhão). Segundo os

organizadores, a presença do Presidente Lula não está descartada.

De acordo com a organização dos eventos alusivos aos 70 anos do Dieese, o final do evento, na tarde do dia 12, terá como atração feijoada e roda de samba – no Galpão Elza Soares, perto do Sesc Bom Retiro.

A primeira subseção do Dieese foi aberta no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Preside a entidade, hoje, o líder comerciário José Gonzaga da Silva, do Sindicato da Capital paulista e da UGT.

Transmissão – Os dois dias de evento serão transmitidos ao vivo pelo Canal do Dieese no [YouTube](#).

Mais – Site do Dieese: www.dieese.org.br

Programação – Clique [AQUI](#) e veja.

Fonte: Agência Sindical

CONGRESSO
IPEATRA 2025

O TRABALHO NO MUNDO PLATAFORMIZADO:
CONTRIBUTOS DO IPEATRA

FORTALECIMENTO SINDICAL E
PEJOTIZAÇÃO
A REPRESENTAÇÃO DOS INFORMAIS

RODA DE CONVERSA

JOSÉ REGINALDO
PRESIDENTE CNTI

JOSÉ EYMARD
ESCRITÓRIO LBS/CUT

CLEBER LÚCIO
TRT3

JOÃO BATISTA
TRT 15

FRANCISCO GÉRSON
MPT

12/DEZ 16:15h
EVENTO TRANSMITIDO PELO CANAL YOUTUBE
IPEATRA INSTITUTO

I P E A - T R A

<https://www.sympla.com.br/evento/congresso-ipeatra-2025-o-trabalho-no-mundo-plataformizado/3222686>